



**IBIUNA AÇÕES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.  
("Ibiuna")**

**POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO,  
AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO  
FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE  
DESTRUIÇÃO EM MASSA – PLD/FTP E DE CADASTRO**

**("Política")**

**JANEIRO 2025**

## Sumário

|          |  |    |
|----------|--|----|
| 1.       | Introdução.....  | 4  |
| 2.       | Base Legal.....  | 4  |
| 2.1.     | Interpretação e Aplicação.....   | 5  |
| 3.       | Governança e Responsabilidade.....   | 5  |
| 3.1.     | Diretoria de PLD/FTP.....  | 5  |
| 3.2.     | Alta Administração.....  | 7  |
| 3.3.     | Colaboradores e Aplicabilidade da Política.....  | 8  |
| 3.4.     | Tratamento de Exceções.....  | 9  |
| 3.5.     | Sanções.....   | 9  |
| 4.       | Abordagem Baseada em Risco.....  | 10 |
| 4.1.     | Serviços Prestados.....  | 11 |
| 4.1.1.   | <i>Abordagem Baseada em Risco.....</i>   | 11 |
| 4.1.2.   | <i>Atuação e Monitoramento.....</i>  | 11 |
| 4.2.     | Produtos Oferecidos.....   | 12 |
| 4.2.1.   | <i>Abordagem Baseada em Risco.....</i>   | 12 |
| 4.3.     | Canais de Distribuição.....  | 13 |
| 4.4.     | Investidores (Passivo).....  | 13 |
| 4.4.1.   | <i>Relacionamento Comercial Direto com os Investidores.....</i>  | 13 |
| 4.5.     | Prestadores de Serviços Relevantes.....  | 14 |
| 4.5.1.   | <i>Prestadores de Serviços dos Produtos.....</i>   | 16 |
| 4.5.1.1. | <i>Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores.....</i> | 16 |
| 4.5.1.2. | <i>Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores.....</i>     | 16 |
| 4.5.2.   | <i>Abordagem Baseada em Risco.....</i>   | 17 |
| 4.5.3.   | <i>Atuação.....</i>  | 19 |
| 4.6.     | Agentes Envolvidos nas Operações, Contrapartes, Ambientes de Negociação e Registro.....                              | 19 |
| 4.6.1.   | <i>Processo de Identificação de Agentes Envolvidos.....</i>  | 20 |
| 4.6.2.   | <i>Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados.....</i>                             | 22 |
| 4.6.3.   | <i>Abordagem Baseada em Risco.....</i>   | 22 |
| 5.       | Comunicação.....   | 26 |
| 6.       | Políticas de Treinamento.....  | 28 |
| 7.       | Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.....     | 29 |
| 7.1.     | Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.....                        | 29 |
| 8.       | Testes de aderência e indicadores de efetividade.....  | 30 |
| 9.       | Relatório Anual.....   | 32 |
| 10.      | Histórico de atualizações.....   | 33 |



|               |    |
|---------------|----|
| ANEXO I.....  | 34 |
| ANEXO II..... | 35 |

## **1. Introdução**

A presente Política estabelece as diretrizes adotadas pela Ibiuna para a prevenção, detecção, análise e reporte de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (“LD/FTP”) e outras atividades suspeitas, visando a ajudar a Ibiuna a identificar, monitorar e mitigar os riscos regulatórios e reputacionais associados a LD/FTP, bem como estabelece os requisitos para o cadastramento de partes aplicáveis, nos termos aqui previstos.

A prevenção da utilização dos ativos e sistemas da Ibiuna para fins ilícitos, tais como crimes de “lavagem de dinheiro”, ocultação de bens e valores e financiamento ao terrorismo é dever de todos os colaboradores da Ibiuna, incluindo diretores, sócios, empregados e estagiários da Ibiuna (“Colaboradores” ou “Colaborador”).

## **2. Base Legal**

- (i) Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada pela Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012 (“Lei 9.613”): Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos;
- (ii) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 50”): Dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- (iii) Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”): Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;
- (iv) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”): Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos;
- (v) Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orientações sobre rotinas e controles internos relativos à prevenção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- (vi) Ofícios e deliberações da CVM a respeito das matérias aqui tratadas; e

(vii) Guia de PLD/FTP da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) (“Guia ANBIMA”).

## 2.1. Interpretação e Aplicação

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 (i.e., 02/10/2023) e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. A Ibiuna e os Fundos deverão observar as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da Ibiuna enquanto gestora da carteira dos Fundos até a data em que tais Fundos se adaptem às regras da Resolução CVM 175.

## 3. Governança e Responsabilidade

A estrutura de governança da Ibiuna para assuntos relacionados à PLD/FTP – não obstante o dever geral e comum imposto a todos os Colaboradores quanto à atenção ao tema – é composta pelo Diretor de Riscos e *Compliance* (abaixo definido), pela Alta Administração (abaixo definida) e pelo Comitê de Riscos e *Compliance*.

Ademais, a Ibiuna adota, como metodologia de governança e cumprimento das disposições da presente Política, bem como da regulamentação que trata de PLD/FTP, uma sistemática própria para garantir o fluxo interno de informações, e realiza periodicamente avaliações internas de risco de LD/FTP, nos termos desta Política.

### 3.1. Diretoria de PLD/FTP

O principal responsável pela fiscalização da presente Política é o diretor nomeado pela Ibiuna como responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução

CVM 50, em especial, pela implementação e manutenção desta Política (“Diretor de Riscos e Compliance”), o qual contará com o apoio de Colaboradores integrantes da Equipe de Riscos e *Compliance* da Ibiuna, que, dentre outras atribuições, também realizam atividades relativas à PLD/FTP, os quais são devidamente treinados, atualizados e possuem conhecimento compatível com a sua respectiva função, sendo a equipe adequada ao porte da Ibiuna e totalmente autônoma e independente das áreas de negócios (“Equipe de Riscos e Compliance”).

O Diretor de Riscos e *Compliance* deverá agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, todo cuidado e diligência esperados dos profissionais em sua posição, terá amplo, irrestrito e tempestivo acesso a qualquer informação relacionada à atuação da Ibiuna e dos seus Colaboradores, possibilitando, dessa forma, que os dados necessários para o exercício de suas atribuições e dos demais Colaboradores da Equipe de Riscos e *Compliance*, especialmente no que tange ao efetivo gerenciamento dos riscos de LD/FTP relacionados à esta Política, possam ser utilizados de forma eficaz e tempestiva.

Neste sentido, a Ibiuna não poderá restringir o acesso do Diretor de Riscos e *Compliance* a qualquer dado corporativo, mesmo que pautada em questões de sigilo legal e/ou comercial, ou demais restrições legais, tais como eventos no âmbito da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” ou “LGPD”), ou decorrentes das próprias normas aplicáveis à Ibiuna relativas à eventual necessidade de segregação de atividades (*chinese wall*).

Por fim, na hipótese de impedimento do Diretor de Riscos e *Compliance* por prazo superior a 30 (trinta) dias, a Ibiuna deverá nomear substituto para assumir a referida responsabilidade, devendo a CVM ser comunicada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da nomeação.

Ademais, a Equipe de Riscos e *Compliance*, em conjunto e sob responsabilidade final do Diretor de Riscos e *Compliance*, possui como função e competência, sem prejuízo de outras indicadas ao longo desta Política:

- (i) Implementar e manter esta Política devidamente atualizada, observando a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da Ibiuna, de forma a assegurar a sua eficácia e o efetivo gerenciamento dos riscos de LD/FTP;
- (ii) Desenvolver e aprimorar as ferramentas e sistemas de monitoramento de operações ou situações suspeitas previstas nesta Política;

- (iii) Promover a disseminação da presente Política e da cultura de PLD/FTP para seus Colaboradores, inclusive por meio da elaboração de programas de treinamentos periódicos e de conscientização dos Colaboradores;
- (iv) Fiscalizar o cumprimento desta Política por todos os Colaboradores;
- (v) Interagir com os órgãos e entidades de regulação e autorregulação sobre o tema de LD/FTP, conforme o caso e necessidade;
- (vi) Avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com determinados prestadores de serviços que apresentem considerável risco de LD/FTP;
- (vii) Analisar as informações coletadas, monitorar as operações suspeitas e apreciar as ocorrências das operações que venham a ser reportadas pelos Colaboradores, bem como providenciar a efetiva comunicação aos órgãos competentes;
- (viii) Coordenar ações disciplinares a Colaboradores que venham a descumprir com os procedimentos de PLD/FTP; e
- (ix) Elaborar relatório anual relativo à avaliação interna de risco de LD/FTP, a ser encaminhado para os órgãos da Alta Administração.

### 3.2. Alta Administração

A Alta Administração da Ibiuna, composta por seus respectivos diretores estatutários ("Alta Administração"), terá as seguintes responsabilidades e deveres:

- (i) Aprovar a adequação da presente Política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos da Ibiuna no tocante à PLD/FTP;
- (ii) Estar tempestivamente ciente dos riscos de conformidade relacionados à LD/FTP;
- (iii) Assegurar que o Diretor de Riscos e *Compliance* tenha independência, autonomia e conhecimento técnico suficiente para o pleno cumprimento dos seus deveres, assim como pleno acesso a todas as informações que julgar necessárias para que a respectiva governança de riscos de LD/FTP possa ser efetuada;
- (iv) Assegurar que os sistemas da Ibiuna de monitoramento das operações atípicas estão alinhados com as definições e os critérios de abordagem baseada em risco previstos nesta Política, assim como podem ser prontamente customizados na hipótese de qualquer alteração na respectiva matriz de riscos de LD/FTP; e
- (v) Assegurar que foram efetivamente alocados recursos humanos e financeiros suficientes para o cumprimento dos pontos anteriormente descritos.

A Alta Administração deverá se comprometer integralmente com os termos, diretrizes e obrigações presentes nesta Política e na regulamentação de PLD/FTP, garantindo, ainda, que tal compromisso se estenda a todas as áreas da Ibiuna, com especial destaque àquelas que tenham maior potencial de LD/FTP.

### 3.3. Colaboradores e Aplicabilidade da Política

Esta Política é parte integrante das regras que regem a relação societária, de trabalho ou contratual, conforme o caso, dos Colaboradores, os quais deverão firmar o termo de recebimento e compromisso constante do Anexo I à esta Política (“Termo de Recebimento e Compromisso”). Por esse documento, o Colaborador reconhece e confirma a leitura, o conhecimento, compreensão, concordância e adesão aos termos desta Política e às normas e procedimentos aqui contidos. Periodicamente, poderá ser requisitado aos Colaboradores que assinem novos Termos de Recebimento e Compromisso, reforçando o seu conhecimento e concordância com os termos desta Política.

Esta Política e todos os demais materiais informativos e diretrizes internas poderão ser consultadas pelos Colaboradores da Ibiuna por intermédio de acesso ao sistema interno da Ibiuna, e quaisquer dúvidas deverão ser dirimidas junto à Equipe de Riscos e *Compliance*.

O descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das normas e procedimentos estabelecidos nesta Política ou das demais normas relativas à PLD/FTP aplicáveis às atividades da Ibiuna deverão ser levadas para apreciação do Diretor de Riscos e *Compliance*. Competirá ao Diretor de Riscos e *Compliance*, após definição pelo Comitê de Riscos e *Compliance*, aplicar as sanções decorrentes de tais desvios, prevista no item 3.5. abaixo, garantido ao Colaborador amplo direito de defesa.

Neste sentido, é dever de todo Colaborador informar a Equipe de Riscos e *Compliance* sobre violações ou possíveis violações das normas aqui dispostas, de maneira a preservar os interesses da Ibiuna e de seus clientes em relação à regulamentação de PLD/FTP. Caso a violação ou suspeita de violação recaia sobre o próprio Diretor de Riscos e *Compliance*, o Colaborador deverá informar diretamente a Alta Administração, que realizará a análise da ocorrência e aplicação das sanções decorrentes de eventuais desvios, garantido ao Diretor de Riscos e *Compliance* amplo direito de defesa.

Por fim, a Ibiuna busca conhecer e monitorar seus Colaboradores quando da contratação destes e posteriormente de forma contínua, e ficará atenta ao comportamento dos seus Colaboradores, de modo a detectar e subsequentemente relatar quaisquer atividades suspeitas, tais como ações e condutas significativamente discrepantes com o padrão de vida do Colaborador, sendo certo que a Ibiuna contará com o apoio dos superiores hierárquicos responsáveis por cada área para este acompanhamento e monitoramento.

As questões relevantes decorrentes do monitoramento feito nos Colaboradores poderão receber investigação específica pela Equipe de Riscos e *Compliance* e, se apropriado, comunicadas ao Diretor de Riscos e *Compliance* e, em sendo o caso, comunicadas ao regulador e/ou autoridades competentes.

#### 3.4. Tratamento de Exceções

Poderá haver circunstâncias atenuantes e/ou casos em que já existam controles mitigantes ou nos quais seja possível demonstrar um motivo legítimo – referente a uma divisão, pessoa jurídica ou unidade de negócios em particular – na solicitação de exceção às normas de PLD/FTP definidas nesta Política.

Eventuais solicitações de exceção devem ser amplamente documentadas e justificadas, as quais dependerão da avaliação e manifestação do Diretor de Riscos e *Compliance* sobre a questão, e validação final pela Alta Administração.

#### 3.5. Sanções

A Ibiuna não assume a responsabilidade de Colaboradores que transgridam a lei ou cometam infrações no exercício de suas funções.

Neste sentido, conforme mencionado acima, o Diretor de Riscos e *Compliance* poderá aplicar sanções aos Colaboradores em decorrência de descumprimentos das normas relativas à PLD/FTP previstas nesta Política.

Os Colaboradores, desta forma, estarão sujeitos, entre outras, às penas de advertência, suspensão, desligamento, exclusão ou demissão por justa causa, conforme o regime aplicável, sem prejuízo de eventuais outras medidas adicionais no âmbito cível (incluindo o direito de regresso) e criminal que se fizerem cabíveis.

#### **4. Abordagem Baseada em Risco**

Nos termos da Resolução CVM 50, a Ibiuna deve, no limite de suas atribuições, identificar, analisar, compreender e mitigar os riscos de LD/FTP inerentes às suas atividades desempenhadas no mercado de valores mobiliários, adotando uma Abordagem Baseada em Risco (“ABR”) para garantir que as medidas de prevenção e mitigação sejam proporcionais aos riscos identificados e assegurando o cumprimento da referida instrução e das demais disposições e diretrizes regulatórias e autorregulatórias de PLD/FTP.

Desta forma, a Ibiuna deverá, nos limites da sua atribuição, classificar em baixo, médio e alto risco de LD/FTP, observada as métricas descritas nesta Política, todos os:

- › Serviços Prestados
- › Produtos Oferecidos
- › Canais de Distribuição
- › Investidores
- › Prestadores de Serviços Relevantes
- › Agentes Envolvidos nas operações
- › Ambientes de Negociação e Registro

A Ibiuna, por meio da Equipe de Riscos e *Compliance* e do Diretor de Riscos e *Compliance*, monitorará a adequação dos critérios utilizados nesta Política para a definição e classificação da sua ABR, a partir (a) do acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação, (b) dos testes de aderência e índices de efetividade, (c) da avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços prestados, produtos oferecidos, canais de distribuição, investidores, prestadores de serviços, agentes envolvidos nas operações, e novos ambientes de negociação e registro, bem como (d) da avaliação do impacto de rotinas da Ibiuna relacionadas aos deveres de observância de outros normativos, tais como em relação ao normativo que trata sobre condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, manipulação de preço, operações fraudulentas e práticas não equitativas. Havendo a necessidade de alterações ou revisão de tais critérios, essa Política deverá ser alterada e validada pela Alta Administração, devendo ser prontamente implementada pela Equipe de Riscos e *Compliance*.

Além disso, a Ibiuna ressalta que as ABRs abaixo definidas foram elaboradas levando em conta não somente a visão da Equipe de Riscos e *Compliance*, mas também de outras áreas estratégicas para o negócio.

#### 4.1. Serviços Prestados

Em relação aos serviços prestados, conforme descrito no Formulário de Referência da Ibiuna, disponíveis em seus *websites*, desenvolvem, exclusivamente, a atividade de gestão de recursos de terceiros.

##### 4.1.1. Abordagem Baseada em Risco

Levando em conta os seguintes elementos:

- › A atividade exclusiva de gestão de recursos de terceiros desempenhada pela Ibiuna;
- › A atividade acima indicada é altamente regulada e supervisionada pela CVM e pela ANBIMA;
- › Os Colaboradores são periodicamente treinados em relação ao escopo desta Política;
- › Os prestadores de serviços relevantes dos fundos de investimento sob gestão da Ibiuna, tais como administradores fiduciários, distribuidores e custodiantes, são devidamente registrados e supervisionados pela CVM e ANBIMA, e, conforme o caso, pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”);
- › Os recursos colocados à disposição da Ibiuna são oriundos de contas mantidas junto a instituições financeiras e, portanto, já passaram necessariamente pelo crivo das políticas e procedimentos de PLD/FTP de tais instituições;
- › A gestão de recursos de terceiros é realizada pela Ibiuna, em relação à totalidade de seus produtos, de forma totalmente discricionária; e
- › Os ativos adquiridos pelos produtos sob gestão da Ibiuna são negociados em mercados organizados ou através de instituições reguladas.

A Ibiuna classifica os serviços por ela prestados, de maneira geral, como de **Baixo Risco** em relação à LD/FTP, sem prejuízo de aspectos abordados nas análises descritas nos itens 4.2 a 4.5 abaixo poderem ser classificados como de Médio Risco ou Alto Risco para fins de LD/FTP, conforme o caso.

##### 4.1.2. Atuação e Monitoramento

Neste sentido, sem prejuízo da atuação e dinâmica individual em relação às conclusões da ABR de cada uma das frentes tratadas neste item, em razão do nível de risco

identificado, a forma de monitoramento dos serviços prestados pela Ibiuna se dará conforme abaixo:

- › Acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação em vigor aplicáveis à sua atividade, de forma a manter suas políticas internas e atuação sempre aderentes aos normativos vigentes;
- › Treinamento e preparo constante de seus Colaboradores, conforme definido nesta Política; e
- › Avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços a serem prestados pela Ibiuna.

#### 4.2. Produtos Oferecidos

Os produtos oferecidos pela Ibiuna são fundos de investimento financeiros, sendo a gestão realizada de forma totalmente discricionária. A Ibiuna realiza a classificação dos seus produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção aos produtos que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LD/FTP.

##### 4.2.1. Abordagem Baseada em Risco

Os produtos são determinados pelos seguintes graus de risco:

| Classificação: ALTO RISCO   |   |
|---|---|
| Natureza do Produto   | Periodicidade e Escopo de Monitoramento   |
| Produtos que prevejam a existência de comitê de investimento formado por membros indicados por terceiros que não a Ibiuna (investidores ou consultores de investimento nomeados pelos investidores, por exemplo) que tenha como competência a tomada de decisão final quanto aos investimentos e desinvestimentos, bem como de indicação dos cotistas ou partes a eles ligadas para atuar nas entidades investidas pelos produtos, tais como em determinadas estruturas de fundos de investimento em participações. | Deverá ser analisada cada decisão tomada pelo comitê de investimentos, para verificação e validação acerca da legitimidade, adequação e inexistência de atipicidades ou objetivos escusos nas deliberações tomadas, bem como avaliação prévia, para fins de PLD/FTP, dos membros indicados e monitoramento a cada 12 (doze) meses dos membros eleitos ao referido comitê. |
| Classificação: MÉDIO RISCO  |   |
| Natureza do Produto   | Periodicidade e Escopo de Monitoramento   |

|   |   |
|---|---|
| Produtos que possuam a possibilidade de interferência ou recomendação, em maior ou menor grau, por terceiros (investidores ou consultores de investimento nomeados pelos investidores, por exemplo) na tomada de decisão de investimento e desinvestimento pela Ibiuna, ainda que a decisão final fique a cargo da Ibiuna, tais como em estruturas de fundos de investimento que possuam conselho ou comitê consultivo. | Deverá ser analisada cada deliberação tomada pelo conselho ou comitê consultivo que contenham recomendações de investimento e desinvestimentos, para verificação acerca da legitimidade, adequação e inexistência de atipicidades ou objetivos escusos em tais recomendações, bem como avaliação preliminar, quando da indicação, e monitoramento a cada 36 (trinta e seis) meses dos membros eleitos ao referido comitê. |
|---|---|

**Classificação: BAIXO RISCO**

| Natureza do Produto  | Periodicidade e Escopo de Monitoramento   |
|--|---|
| Demais produtos que atribuam a discricionariedade plena e exclusiva à Ibiuna ao longo de todo o processo de tomada de decisão de investimento e desinvestimento. | Neste caso, não haverá necessidade de quaisquer providências adicionais além daquelas previstas nos itens 4.3 a 4.6, nos termos desta Política. |

#### 4.3. Canais de Distribuição

Em relação aos canais de distribuição, a Ibiuna se utiliza de intermediários terceiros contratados em nome dos fundos sob sua gestão para a distribuição de suas cotas.

Os distribuidores contratados se constituem como instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, além de serem também registrada perante a CVM, e que estão sujeitas a um ecossistema robusto de regras de PLD/FTP, portanto, a Ibiuna realizará o processo de *Know Your Partner* (“KYP”) em relação a tais Canais de Distribuição.

Neste sentido, a classificação por grau de risco pela Ibiuna e a forma adotada para a atuação e o monitoramento dos canais de distribuição se dará conforme a existência ou não do relacionamento comercial direto com o cliente por parte da Ibiuna, seguindo, portanto, a metodologia e definições indicadas nesta Política.

#### 4.4. Investidores (Passivo)

##### 4.4.1. Relacionamento Comercial Direto com os Investidores

O relacionamento comercial direto dos investidores na atividade de gestão de recursos de terceiros se caracteriza nas seguintes situações:

- › cotistas para os quais uma gestora seja contratualmente responsável pela distribuição das cotas dos Classes sob sua gestão adquiridos por tal cliente;

- › investidores de carteiras administradas sob gestão; e
- › cotistas de Classes ou veículos de investimento exclusivos, observadas as exceções quanto à obtenção de toda a documentação do Anexo II.

**DESTACA-SE QUE, ATUALMENTE, A IBIUNA NÃO REALIZA QUALQUER DAS ATIVIDADES LISTADAS ACIMA E, DESSE MODO, NÃO POSSUI RELACIONAMENTO COMERCIAL DIRETO COM INVESTIDORES.**

Tendo em vista que a Ibiuna não atua no relacionamento comercial direto com os seus clientes, a responsabilidade direta pela fiscalização do passivo (ou seja, dos investidores) para fins de PLD/FTP deverá recair sobre aqueles que tenham o relacionamento comercial direto com os investidores (ou seja, os distribuidores dos fundos sob gestão da Ibiuna, conforme o caso), que deverão possuir políticas e procedimentos próprios de PLD/FTP, ficando a Ibiuna responsável pela realização de determinadas providências em relação a tais prestadores de serviços, conforme detalhado nesta Política.

Ademais, para os fins desta Política, não deverão ser considerados como relacionamento comercial direto com os investidores, os contatos mantidos pela Ibiuna junto aos investidores, por qualquer meio (presencial ou eletronicamente), em momento anterior ou posterior aos investimentos realizados, quando, dentre outras situações similares, o contato seja (a) relacionado aos esclarecimentos de questões técnicas ligadas aos produtos ou serviços prestados pela Ibiuna, tais como no caso de prestação de informações pela Ibiuna sobre as políticas e estratégias de investimento, desempenho e outras relacionadas à gestão de seus fundos de investimento; (b) decorrente do cadastramento realizado pelos próprios investidores junto à Ibiuna para fins de recebimento de materiais institucionais ou técnicos dos produtos ou serviços (“*mailing*”), (c) relacionado ao mero conhecimento da identidade dos investidores pela Ibiuna, tais como nas situações de simples repasse, pela Ibiuna, de ordens de aplicação e resgate enviadas pelos distribuidores ao administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão (“*boletagem*”), ou (d) decorrente de diligências prévias ou posteriores ao investimento, mantidas por investidores (i.e. institucionais) junto à Ibiuna, desde que em todos os casos listados acima exista distribuidor formalmente contratado para a distribuição das cotas dos fundos de investimento sob gestão.

#### 4.5. Prestadores de Serviços Relevantes

A Ibiuna, no âmbito de sua respectiva atividade, é considerada, junto com o administrador fiduciário, um Prestador de Serviço Essencial dos Fundos, sendo

responsável pela contratação dos seguintes prestadores de serviço em nome dos Fundos e de acordo com o tipo do fundo de investimento:

- › Classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito;
- › Cogestão da carteira;
- › Consultoria de investimentos;
- › Distribuição de cotas;
- › Formador de mercado de classe fechada (exceto no caso de fundos de investimento imobiliários); e
- › Intermediação de operações para a carteira de ativos.

Adicionalmente, a Ibiuna também poderá, no âmbito de seu respectivo mandato, contratar outros serviços em nome do Fundo que não estejam indicados acima, tais como, exemplificativamente, escritórios de advocacia, consultores especializados, avaliadores independentes, prestadores de serviço de verificação de lastro de direitos creditórios, dentre outros (em conjunto com os prestadores de serviço indicados anteriormente “Prestadores de Serviços dos Produtos”).

Nestes casos, os procedimentos devem ser implementados de acordo com o perfil e o propósito de relacionamento, visando a prevenir a realização de negócios com pessoas declaradas inidôneas ou suspeitas por envolvimento em atividades ilícitas.

Neste sentido, a Ibiuna, na definição de seus procedimentos internos para avaliação dos Prestadores de Serviços dos Produtos, levará em consideração as situações abaixo indicadas para a definição da ABR atribuída ao respectivo prestador e a sua forma de atuação e monitoramento:

- › Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores (e.g., administradores fiduciários, custodiantes, entre outros); e
- › Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores).

Por fim, conforme previsto nesta Política e em razão da sua dinâmica de atuação, a Ibiuna realiza a classificação dos Prestadores de Serviços dos Produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àqueles que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LD/FTP, nos termos a seguir descritos.

#### *4.5.1. Prestadores de Serviços dos Produtos*

##### *4.5.1.1. Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores*

Devido à inexistência de contato com os investidores, para fins de cumprimento desta Política e da regulamentação em vigor, a Ibiuna, no âmbito da sua atuação, leva em consideração o seu relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos dos Fundos.

Neste sentido, caso a Ibiuna participe dos contratos firmados com os Prestadores de Serviços dos Produtos, a exemplos dos administradores fiduciários dos Fundos, a Ibiuna envidará melhores esforços para fazer constar cláusula contratual atribuindo a obrigação dos Prestadores de Serviços dos Produtos em declarar a observância da regulamentação em vigor relativa à PLD/FTP, notadamente a Resolução CVM 50, caso aplicável.

Caso não seja possível obter tal declaração contratual por parte do Prestador de Serviços do Produto, o Diretor de *Compliance* deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal Prestador de Serviços do Produto, sendo certo que, em caso afirmativo, a Ibiuna poderá inclusive solicitar o Questionário de *Due Diligence* – ANBIMA para PLD/FTP do Prestador de Serviços do Produto (“QDD ANBIMA”), caso existente e aplicável a tal prestador de serviço, para fins de avaliação dos itens relativos à PLD/FTP.

Por outro lado, caso a Ibiuna não possua qualquer relacionamento contratual com o Prestador de Serviços do Produto que não tenha o relacionamento comercial direto com os investidores (tipicamente, os custodiantes, auditores, prestadores de serviço de controladoria, escrituração das cotas e tesouraria), a Ibiuna estará, portanto, desobrigada de quaisquer providências com relação a tal prestador de serviços.

##### *4.5.1.2. Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores*

No caso dos Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores), independentemente de possuírem ou não relacionamento contratual com a Ibiuna no âmbito dos produtos sob gestão, a Ibiuna deverá providenciar um maior escrutínio na avaliação de tal prestador

de serviços, conforme determina a regulamentação e a autorregulação em vigor e aqui descrito.

Neste sentido, quanto a estes Prestadores de Serviços dos Produtos, a Ibiuna deverá:

- (i) Considerar, para fins da ABR de LD/FTP, a partir da solicitação e análise da política de PLD/FTP, as respectivas regras, procedimentos e controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, as quais deverão estar compatíveis com a natureza e relevância do serviço prestado, contemplando critérios definidos mediante a abordagem baseada em risco para os fins necessários, conforme previstos nesta Política, o qual deverá ser passível de verificação;
- (ii) Obter confirmação da existência de programa de treinamentos periódicos dos funcionários dos Prestadores de Serviços dos Produtos relativamente à PLD/FTP;
- (iii) Buscar e implementar mecanismos de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, devendo a Equipe de Riscos e *Compliance* identificar quando do início do relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos as respectivas pessoas responsáveis pelo seu fornecimento e avaliar, no âmbito e no decorrer do desempenho das atividades de tais prestadores de serviços, as informações que deverão ser objeto de intercâmbio, buscando a plena atuação dos Prestadores de Serviços dos Produtos nas suas respectivas competências para fins de PLD/FTP. Inclusive, conforme descrito pelo Guia ANBIMA, nenhum dos Prestadores de Serviços dos Produtos ou mesmo a Ibiuna, poderão alegar entre si ou perante qualquer órgão fiscalizador, restrição de qualquer tipo (legal, comercial, etc.) a informações relevantes para fins de PLD/FTP; e
- (iv) Avaliar a pertinência e a oportunidade de solicitar informações adicionais aos Prestadores de Serviços dos Produtos, por meio dos mecanismos de intercâmbio de informações, em observância às diretrizes estabelecidas nesta Política.

#### 4.5.2 Abordagem Baseada em Risco

| Classificação: ALTO RISCO |   |
|---------------------------|---|
| Prestadores de Serviço    | Periodicidade e Escopo de Monitoramento |

|  |   |
|--|---|
| <p>(i) Não aceitem a inclusão de cláusula contratual relativa à declaração quanto à observância da regulamentação em vigor relativa à PLD/FTP, notadamente a Resolução CVM 50, ou que apresente informações insuficientes e insatisfatórias em seu QDD ANBIMA;</p> <p>(ii) Não possuam políticas de PLD/FTP ou, ainda que as possuam, mas que estas não estejam devidamente atualizadas à regulamentação em vigor, notadamente quanto à Resolução CVM 50, em documento escrito e passível de verificação;</p> <p>(iii) Não tenham instituído a alta administração;</p> <p>(iv) Não tenham nomeado diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução CVM 50, em especial, pela implementação e manutenção da respectiva política de PLD/FTP, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento dos riscos de LD/FTP apontados; e/ou</p> <p>(v) Tenham sido julgados como culpados em processos sancionadores da CVM nos últimos 5 (cinco) anos decorrentes de falhas na adoção de procedimentos de PLD/FTP.</p> | <p>A Equipe de Riscos e <i>Compliance</i>, sob responsabilidade final do Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>, deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal prestador de serviços, sendo certo que, em caso afirmativo, a Ibiuna deverá, a cada 12 meses:</p> <p>(i) Solicitar e avaliar criteriosamente a Política de PLD/FTP e outros documentos relevantes para fins de atendimento da Resolução CVM 50;</p> <p>(ii) Solicitar evidências da realização de treinamentos periódicos a todos os colaboradores dos prestadores de serviços relativamente à PLD/FTP;</p> <p>(iii) Solicitar o relatório de acompanhamento de eventual plano de ação e procedimentos de melhorias internas adotados no caso de julgamentos no âmbito de processos sancionadores da CVM ou de procedimentos de apuração de irregularidade da ANBIMA;</p> <p>(iv) Realizar diligência in loco no prestador de serviço, conforme avaliação e oportunidade; e/ou</p> <p>(v) Buscar que exista efetivo mecanismo de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos prestadores de serviços.</p> |
| <b>Classificação: MÉDIO RISCO</b>  |   |
| <b>Prestadores de Serviço</b>  | <b>Periodicidade e Escopo de Monitoramento</b>  |
| <p>(i) Não aceitem a inclusão de cláusula contratual relativa à declaração quanto à observância da regulamentação em vigor relativa à PLD/FTP, notadamente a Resolução CVM 50, mas apresentem informações suficientes e satisfatórias em seu QDD ANBIMA;</p> <p>(ii) Não possuam, conforme critério de avaliação próprio da Ibiuna, política de PLD/FTP compatível com a natureza e relevância do serviço prestado, contemplando critérios definidos mediante a abordagem baseada em risco para os fins necessários; e/ou</p> <p>(iii) Tenham sido parte (porém sem que ainda tenha ocorrido julgamento) de processos</p>  | <p>A cada 36 (trinta e seis) meses a Ibiuna deverá:</p> <p>(i) Realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos dos prestadores de serviços quando do início do relacionamento; e</p> <p>(ii) Providenciar o acompanhamento de eventuais notícias e/ou informações públicas que coloquem em risco a imagem do prestador de serviços e possam afetar suas operações.</p>   |

| sancionadores da CVM nos últimos 5 (cinco) anos decorrentes de falhas na adoção de procedimentos de PLD/FTP e/ou processos que tenham sido indicados no Formulário de Referência. |   |
|---|---|
| <b>Classificação: BAIXO RISCO</b>   |   |
| Prestadores de Serviço  | Periodicidade e Escopo de Monitoramento   |
| Prestadores de serviços não enquadrados em qualquer dos itens acima.  | A cada 60 (sessenta) meses a Ibiuna deverá realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos dos prestadores de serviços quando do início do relacionamento. |

#### 4.5.3. Atuação

A Ibiuna deverá avaliar as situações abaixo listadas e adotá-las como medida de eventual alteração dos critérios de sua classificação de ABR em relação aos Prestadores de Serviços dos Produtos ou das classificações individualmente atribuídas:

- (i) A alteração da relevância da prestação de serviço do ponto de vista do risco de LD/FTP;
- (ii) A classificação da área geográfica em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado;
- (iii) Se o Prestador de Serviço do Produto tem qualquer relacionamento comercial com Pessoa Politicamente Exposta (“PPE”);
- (iv) Se o Prestador de Serviço do Produto é um órgão público ou foi recomendado ou encaminhado à Ibiuna por um PPE;
- (v) Se o Prestador de Serviço do Produto é ente não regulado;
- (vi) Se os setores de mercado em que o Prestador de Serviço do Produto está ativo representam risco de LD/FTP; e
- (vii) Se a estrutura de taxas ou o método de pagamento são pouco usuais (tal como requisito para pagamento em dinheiro, pagamento a outras entidades que não o Prestador de Serviço do Produto, pagamento para contas mantidas em países diversos do país em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado ou onde os serviços são executados).

#### 4.6. Agentes Envolvidos nas Operações, Contrapartes, Ambientes de Negociação e Registro

A Ibiuna, no âmbito de suas atividades, entende que os mercados regulamentados de negociação de ativos, tais como a bolsa de valores e o mercado de balcão organizado,

já oferecem adequados procedimentos para fins PLD/FTP, o que acaba trazendo baixíssimo risco de LD/FTP. Por outro lado, no caso de negociações privadas, sendo estas, portanto, fora dos ambientes de bolsa e balcão organizado, a Ibiuna entende haver um maior risco de LD/FTP, razão pela qual atribui a necessidade de análise mais detalhada das operações.

Desta forma, a Ibiuna entende que o ambiente de negociação e registro é mais um dos elementos a serem avaliados e levado em consideração no âmbito da análise geral das operações, a qual levará em consideração, não apenas o ambiente de negociação, mas também a identificação, análise e monitoramento das contrapartes das operações e dos demais agentes relevantes envolvidos, inclusive para fins de definição da sua abordagem baseada em risco, conforme abaixo descrito.

Com isso, nas operações ativas (investimentos), a Ibiuna deverá proceder com o levantamento dos documentos e informações dos agentes envolvidos que sejam, no julgamento da Ibiuna os efetivamente relevantes para fins de PLD/FTP, que podem incluir, conforme o caso, a contraparte da operação, o emissor do ativo, os intermediários e consultores, escrituradores e custodiantes (aqueles efetivamente relevantes denominados “Agentes Envolvidos”) para fins de aplicação das rotinas e controles relacionados à PLD/FTP.

No caso das operações ativas, a coleta das informações e documentos, incluindo aqueles listados no Anexo II desta Política, sobre o Agente Envolvido a ser analisado, será realizada conforme procedimentos internos através de ferramentas e sistemas tecnológicos e eletrônicos destinados a tal atividade (“Sistemas de PLDFT”), bem como, quando aplicável, através dos Colaboradores da Ibiuna.

Neste contexto, para as carteiras sob gestão, dentro do princípio da razoabilidade, viabilidade, e agindo com bom senso e nos limites das suas atribuições, a Ibiuna deverá se utilizar das práticas a seguir descritas.

#### 4.6.1. Processo de Identificação de Agentes Envolvidos

A Ibiuna aplica o processo de identificação de Agentes Envolvidos adequado às características e especificidades dos negócios. Tal processo visa a prevenir que os Agentes Envolvidos utilizem as carteiras sob gestão para atividades de LD/FTP.

Conforme autorregulamentação em vigor, as negociações elencadas a seguir por sua própria natureza e característica, já passaram por processo de verificação. Assim, não

obstante a realização pela Ibiuna de diligências adicionais, a Ibiuna entende que os seguintes ativos possuem baixo risco de LD/FTP:

- (i) Ofertas públicas iniciais e secundárias de valores mobiliários, registradas de acordo com as normas emitidas pela CVM;
- (ii) Ativos emitidos ou negociados por instituição financeira ou equiparada, inclusive no caso de emissões e negociações privadas (i.e., operações compromissadas e outras operações cuja contraparte seja uma instituição financeira);
- (iii) Ativos emitidos por emissores de valores mobiliários registrados na CVM; e
- (iv) Ativos de mesma natureza econômica daqueles listados acima, quando negociados no exterior, desde que (a) sejam admitidos à negociação em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira, devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM, ou (b) cuja existência tenha sido assegurada por terceiro devidamente autorizados para o exercício da atividade de custódia em países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, ou supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM.

No caso das negociações privadas que tenham como contraparte outros fundos de investimento, a Ibiuna poderá solicitar exclusivamente as informações cadastrais indicadas no Anexo II em relação ao administrador fiduciário e ao gestor de recursos de tal fundo de investimento, e não dos demais Agentes Envolvidos.

Em havendo necessidade, conforme avaliação do Diretor de Riscos e *Compliance*, poderá ainda ser requisitado políticas e manuais adotados pelo administrador fiduciário e QDD ANBIMA do gestor da carteira do fundo de investimento, para fins de verificação dos itens relativos aos procedimentos adotados para PLD/FTP.

Por fim, para o pleno atendimento das regras de PLD/FTP constantes da regulamentação e autorregulamentação em vigor, a Ibiuna adota o intercâmbio de informações com o administrador fiduciário dos Fundos sob gestão da Ibiuna. Dentro desse mecanismo, a Ibiuna deverá comunicar o administrador fiduciário: (a) caso a Ibiuna identifique, na contraparte das operações realizadas pelas Classes sob sua gestão, a participação de PPE, de organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica, ou, ainda, de pessoas com sede em jurisdição *offshore* que (a.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da

proliferação de armas de destruição em massa; (a.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU; ou (a.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO, e (b) em relação às operações que tenham sido objeto de comunicação ao COAF pela Ibiuna, nos termos do Capítulo 5 abaixo. As mesmas obrigações serão exigidas do administrador fiduciário dos fundos de investimento, bem como de qualquer outro prestador de serviço que possa vir a acessar informações relevantes para fins de PLD/FTP.

#### 4.6.2. *Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados*

A Ibiuna adota procedimentos com vistas a controlar e monitorar o padrão internacional transacional e a faixa de preços dos ativos negociados para as carteiras sob sua gestão, de modo que:

- (i) eventuais operações efetuadas fora dos padrões praticados no mercado, de acordo com as características do negócio;
- (ii) recorrência ou concentração de ganhos ou perdas; e
- (iii) mudança de padrão em termos de volume de negócios e de modalidade operacional

sejam identificados e, se for o caso, comunicados aos órgãos reguladores e/ou autoridades competentes.

#### 4.6.3. *Abordagem Baseada em Risco*

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, ou podem com eles relacionar-se, devendo a Ibiuna atribuir maior atenção no âmbito das suas operações para fins de manutenção e/ou alteração da classificação de ABR atribuída, bem como quanto à necessidade de providências adicionais junto às autoridades competentes:

- (i) Apresentação de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente;
- (ii) Situações em que qualquer Agente Envolvido apresente aparente propósito oculto ou comportamento não usual na solicitação da operação;

- (iii) Quaisquer operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários envolvendo pessoas relacionadas com atos terroristas, com o financiamento do terrorismo e/ou com o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa listadas pelo CSNU;
- (iv) Realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, qualquer que seja o valor da aplicação, por pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;
- (v) Operações que envolvam ativos alcançados por sanções impostas pelas resoluções do CSNU de que trata a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, bem com os alcançados por requerimento de medida de indisponibilidade oriundo de autoridade central estrangeira de que se venha a ter conhecimento;
- (vi) Movimentação passível de ser associada ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, conforme o disposto nas Leis nº 13.260, de 16 de março de 2016 e 13.810, de 8 de março de 2019;
- (vii) Operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários fora dos padrões praticados no mercado;
- (viii) Operações que resultem em elevados ganhos para os Agentes Envolvidos, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados;
- (ix) Investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez, considerando a natureza do fundo ou o perfil do cliente/mandato da carteira administrada;
- (x) Operações nas quais haja deterioração do ativo sem fundamento econômico que a justifique;
- (xi) Operações com participação de Agentes Envolvidos, pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas, bem como com ativos de jurisdição *offshore* que: (a) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (b) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil; (c) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO;

- (xii) Operações que envolvam a participação de banco que não tenha presença física e que não seja afiliado a grupo financeiro regulamentado (“*shell banks*”);
- (xiii) Operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos Agentes Envolvidos;
- (xiv) Operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer dos Agentes Envolvidos;
- (xv) Operações cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos Agentes Envolvidos e beneficiários respectivos;
- (xvi) Operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos Agentes Envolvidos;
- (xvii) Operações em que não seja possível identificar os beneficiários finais dos Agentes Envolvidos;
- (xviii) Operações com transferências privadas de recursos e valores mobiliários sem motivação aparente; e
- (xix) Agentes Envolvidos com relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LD/FTP.

Adicionalmente ao monitoramento das operações e situações acima, a Ibiuna realiza a classificação das operações por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àquelas que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LD/FTP, conforme abaixo:

| Classificação: ALTO RISCO   |   |
|---|---|
| Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características | Periodicidade e Escopo de Monitoramento |

Operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

(i) Operações de financiamento que contem com partes relacionadas em diferentes pontas;

(ii) Envolvam negociações privadas, notadamente relativas a imobiliário;

(iii) Que envolvam PPE;

(iv) Que apresentem qualquer precariedade de informações financeiras e legais dos Agentes Envolvidos, conforme o caso, do lastro, ou apresentem informações com consideráveis inconsistências, bem como aquelas que evidenciem mudança repentina e injustificada relativamente aos termos e condições de negócios usualmente realizados pelo mercado;

(v) Que sejam de emissores com sede em jurisdição offshore que: (v.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (v.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU; e (v.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO.

A cada 12 (doze) meses a Ibiuna deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.

#### **Classificação: MÉDIO RISCO**

Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características

Periodicidade e Escopo de Monitoramento

|   |  |
|---|--|
| <p>Operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características:</p> <p>(i) Envolvam operações, realizadas em mercados regulamentados, relativas a imobiliário;</p> <p>(ii) Envolvam ativos de baixíssima liquidez negociados em mercados organizados; e</p> <p>(iii) Demais ativos e/ou operações que sejam classificados como “estruturados” que não estejam classificados como de “Alto Risco”.</p> | <p>A cada 36 (trinta e seis) meses a Ibiuna deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.</p>  |
| <b>Classificação: BAIXO RISCO</b>   |  |
| Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características   | Periodicidade e Escopo de Monitoramento  |
| Operações não listadas acima, tais como aquelas que eximem a Ibiuna de diligências adicionais.  | A cada 60 (sessenta) meses a Ibiuna deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação, salvo se as operações eximirem da Ibiuna diligências adicionais. |

Após as providências iniciais quando da realização da negociação em relação ao Agentes Envolvidos, a Ibiuna realizará, ainda, o monitoramento constante destes ativos e respectivos Agentes Envolvidos, sempre buscando pela manutenção da legitimidade, adequação e atualização cadastral. A Equipe de Gestão e a Equipe de Riscos e *Compliance* destinarão especial atenção para aqueles ativos classificados como de “Alto Risco”, devendo monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio e as propostas apresentadas, bem como eventos extraordinários, principalmente os relacionados ao fluxo de pagamento dos ativos.

## 5. Comunicação

A Ibiuna, no limite de suas atribuições, manterá registro e monitoramento de toda transação realizada pelos produtos sob gestão, de forma a observar toda e qualquer atipicidade que configure indício ou mera suspeita de prática de LD/FTP, nos termos desta Política, e a permitir:

- › As tempestivas comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”);

- › A verificação de atipicidades nas operações em que a Ibiuna tenha conhecimento, independentemente da efetiva aquisição do ativo para os produtos sob gestão, considerando: (a) os agentes envolvidos e suas partes relacionadas; (b) a estrutura do ativo; e (c) a existência de eventos extraordinários, principalmente, mas não limitado aos casos que acabem por afetar o fluxo de pagamento dos ativos.

A conclusão do tratamento dos alertas oriundos do monitoramento deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias da data da geração do alerta, ressalvado que referido prazo não se aplica às situações descritas no item 7.1 abaixo, as quais exigem atuação imediata pela Ibiuna.

Neste sentido, caso a Equipe de Riscos e *Compliance*, sob responsabilidade final do Diretor de Riscos e *Compliance*, entenda pela existência da materialidade dos indícios existentes, será realizada a comunicação formal ao COAF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da conclusão que, objetivamente, permita fazê-lo, todas as transações, ou propostas de transação, que possam ser consideradas como sérios indícios de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de infração penal, conforme disposto no artigo 1º da Lei 9.613/98, inclusive o terrorismo ou seu financiamento, ou com eles relacionar-se, em que: (a) se verifiquem características excepcionais no que se refere às partes envolvidas, forma de realização ou instrumentos utilizados; ou (b) falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal.

Observadas as disposições sobre intercâmbio de informações descritas no Guia ANBIMA, como regra, os Colaboradores devem guardar absoluto sigilo referente às comunicações efetuadas sobre LD/FTP e em hipótese alguma podem revelar ou dar ciência do ocorrido a outras pessoas que não sejam aquelas da Equipe de Riscos e *Compliance* e, sobretudo, às pessoas com relação às quais se refira a informação. Não obstante, a Equipe de Riscos e *Compliance* deverá dar ciência das comunicações mencionadas acima à área responsável do administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão da Ibiuna, nos termos estabelecidos nesta Política.

Cada reporte deverá ser trabalhado individualmente e fundamentado da maneira mais detalhada possível, sendo que dele deverá constar, sempre que aplicável, as seguintes informações:

- (i) Data de início de relacionamento da Ibiuna com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;

- (ii) A explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- (iii) A descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- (iv) A apresentação das informações obtidas por meio das diligências previstas nesta Política, inclusive informando tratar-se, ou não, de PPE, e que detalhem o comportamento da pessoa comunicada; e
- (v) A conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada para o COAF, contendo minimamente as informações definidas nos itens acima.

O simples reporte realizado pela Ibiuna não compõe de forma alguma isenção da adequada verificação da operação suspeita pela Equipe de Riscos e *Compliance*, notadamente pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, que sempre deverá observar a diligência caso a caso, realizando, assim, comunicações que cumpram com o objetivo da regulamentação de LD/FTP e colaborem com as atividades de fiscalização dos órgãos e entidades de regulação e autorregulação.

Todas as comunicações e documentos que fundamentaram a comunicação realizada ao COAF ou, conforme o caso, a decisão pela não realização da comunicação, deverão ser arquivados pela Ibiuna pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do evento. Além disso, a Ibiuna se compromete a observar a obrigação de confidencialidade acerca de tais informações e documentos, restringindo o seu acesso, exclusivamente, aos Colaboradores envolvidos no processo de análise.

A Ibiuna e todas as pessoas físicas a ela vinculadas registradas junto à CVM, desde que não tenha sido prestada nenhuma comunicação acima ao COAF, devem comunicar à CVM, anualmente, até o último dia útil do mês de abril, por meio dos mecanismos estabelecidos no convênio celebrado entre a CVM e o COAF, a não ocorrência no ano civil anterior de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas (declaração negativa).

Será de responsabilidade do Diretor de Riscos e *Compliance* as comunicações relativas à Ibiuna descritas acima.

## **6. Políticas de Treinamento**

O treinamento de PLD/FTP abordará as informações contempladas na presente Política, conforme conteúdo programático a ser definido pelo Diretor de Riscos e *Compliance*.

O treinamento de reciclagem dos Colaboradores será realizado ordinariamente a cada 12 (doze) meses, ou extraordinariamente, a critério do Diretor de Riscos e *Compliance*, em periodicidade inferior, sendo obrigatório a todos os Colaboradores. A Equipe de Riscos e *Compliance* deverá manter evidências da participação de todos os Colaboradores, sendo certo que tais comprovações permanecerão arquivadas pela Equipe de Riscos e *Compliance* por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

Quando do ingresso de um novo Colaborador, o Diretor de Riscos e *Compliance* aplicará o devido treinamento de forma individual para o novo Colaborador. O Diretor de Riscos e *Compliance* poderá, ainda, conforme entender necessário, promover treinamentos esporádicos visando manter os Colaboradores constantemente atualizados em relação à presente Política.

## **7. Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa**

A Ibiuna se compromete a monitorar as listas obrigatórias divulgadas pelo CSNU<sup>1</sup>, GAFI<sup>2</sup> e CVM, inclusive, mas não limitadamente, o cadastro dos entes regulados, e avaliará a necessidade de verificação de listas adicionais, tais como aquelas recomendadas pelos demais órgãos e entidades de regulação e autorregulação que tenham aplicabilidade ao mercado financeiro e de capitais brasileiro para a prevenção ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Por fim, o Diretor de Riscos e *Compliance* é o encarregado em manter as práticas da Ibiuna atualizadas em relação às melhores práticas e à regulamentação vigente, inclusive com treinamentos periódicos que contemplem a observância dos Colaboradores quanto à prevenção ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

### **7.1. Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Em sua atuação como gestora de recursos, caso a Ibiuna venha a saber de clientes que sejam alcançados pelas determinações de indisponibilidade de ativos, nos termos das Leis nº 13.810, de 8 de março de 2019, e do artigo 27 da Resolução CVM 50, notificará

<sup>1</sup> <https://www.un.org/securitycouncil/content/un-sc-consolidated-list>

<sup>2</sup> [https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc\(fatf\\_releasedate\)](https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc(fatf_releasedate))

imediatamente, o administrador, para que esse cumpra com as medidas estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU.

No limite das suas atribuições, a Ibiuna declara conhecer as Leis nº 13.810, de 8 de março de 2019, e a Resolução CVM 50.

Neste sentido, a Equipe de Riscos e *Compliance* deverá, ainda:

- (i) Informar, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (“MJSP”) e à CVM, a existência de pessoas e ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade a que deixaram de dar o imediato cumprimento, justificando as razões para tanto;
- (ii) Comunicar imediatamente a indisponibilidade de ativos e as tentativas de sua transferência relacionadas aos Clientes Diretos sancionados ao MJSP, à CVM e ao COAF; e
- (iii) Manter sob verificação a existência ou o surgimento, em seu âmbito, de ativos alcançados pelas determinações de indisponibilidade, para efeito de atribuir a tais ativos imediatamente, tão logo detectados, o regime de indisponibilidade.

## **8. Testes de aderência e indicadores de efetividade**

Como forma de assegurar a efetividade desta Política, a Ibiuna realiza testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos, bem como a avaliação dos indicadores de efetividade das medidas adotadas, fazendo constar do Relatório Anual a respectiva conclusão.

Neste sentido, a Equipe de Riscos e *Compliance* realizará a análise com base nos seguintes critérios para mensuração dos indicadores de eficiência da Política, de forma conjunta:

### Critérios Externos:

#### 1. Ofícios e Questionamentos Regulatórios e Autorregulatórios

Análise de Correspondência das operações que tenham sido objeto de notificações, autuações ou comunicados provenientes de autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação que constatem indícios de atipicidades para fins de PLD/FTP.

*Indicador de Eficácia:* Qualquer identificação de inconformidade com esta Política, materializada a partir da recepção de questionamento do regulador ou autorregulador pela Ibiuna, será tratada na sua integralidade assim que identificada pela Equipe de Riscos e *Compliance*.

## 2. Análise das Operações e Comunicações ao COAF

Análise de Adequação das operações que tenham sido objeto de comunicação pela Ibiuna às autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação em função de indícios de atipicidades para fins de PLD/FTP.

*Indicador de Eficácia:* Qualquer comunicação ao órgão regulador ou autorregulador será tratada na sua integralidade assim que identificada pela Equipe de Riscos e *Compliance*.

## 3. Treinamento

Será realizada a análise da eficácia do treinamento que será medida a partir do percentual dos Colaboradores que compareceram aos treinamentos anuais da Ibiuna em relação ao total do quadro de Colaboradores.

*Indicador de Eficácia:* A eficácia dos treinamentos será mensurada a partir da média total obtida pelos Colaboradores em eventuais testes relativos à PLD/FTP aplicados pela Ibiuna após os treinamentos.

## 4. Análise do Cumprimento das Disposições da Política

Análise de cumprimento dos procedimentos será feita a partir da avaliação das situações em que a Ibiuna cumpriu tempestivamente os prazos de detecção, análise e comunicações de atividades suspeitas previstos nesta Política.

*Indicador de Eficácia:* Será mensurada a partir da análise anual do cumprimento das obrigações previstas na Política, incluindo a realização de ABRs iniciais e periódicas, verificação de listas de sanções, cadastro de contrapartes, realização de treinamentos e comunicações aos órgãos reguladores e autorreguladores.

Com base na análise conjunta dos indicadores de efetividade descritos nesta Política, a Ibiuna avaliará a necessidade de reavaliação dos critérios de ABR, bem como dos procedimentos e fluxos internos de detecção, análise e comunicação de operações e

situações atípica, sendo certo que caso o resultado geral e/ou individual de cada indicador de efetividade seja considerado como moderado ou baixo, a Ibiuna necessariamente realizará a reavaliação para fins de PLD/FTP.

## **9. Relatório Anual**

O Diretor de Riscos e *Compliance* emitirá relatório anual relativo à avaliação interna de risco de LD/FTP, e encaminhará para a Alta Administração, até o último dia útil do mês de abril de cada ano (“Relatório de PLD/FTP”), com informações relativas ao ano anterior, contendo, conforme aplicável:

- › Todos os Serviços Prestados, Produtos Oferecidos, Canais de Distribuição, Clientes Diretos, Prestadores de Serviços, Agentes Envolvidos e Ambientes de Negociação e Registro em que a Ibiuna atuou, segmentando-os em baixo, médio e alto risco de LD/FTP, conforme classificação prevista nesta Política;
- › A identificação e a análise das situações de risco de LD/FTP, considerando as respectivas ameaças, vulnerabilidades e consequências;
- › Se aplicável, a análise da atuação das corretoras de títulos e valores mobiliários e/ou intermediários contratados para a realização de operações para as carteiras; e
- › Tabela relativa ao ano anterior, contendo:
  - a. O número consolidado das operações e situações atípicas detectadas, segregadas por cada hipótese, nos termos do art. 20 da Resolução CVM 50;
  - b. O número de análises de operações e situações atípicas que podem configurar indícios de LD/FTP, nos termos do art. 21 da Resolução CVM 50;
  - c. O número de comunicações de operações suspeitas reportadas para o COAF, conforme disposto no art. 22 da Resolução CVM 50; e
  - d. A data do reporte da declaração negativa de ocorrência de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas, se for o caso, conforme disposto no art. 23 da Resolução CVM 50.
- › A apresentação dos indicadores de efetividade da presente Política;
- › A apresentação, caso aplicável, de recomendações visando mitigar os riscos identificados do exercício anterior que ainda não foram devidamente tratados, contendo:
  - a. Possíveis alterações nas diretrizes previstas na presente Política; e

- b. Aprimoramento das regras, procedimentos e controles internos previstos na presente Política, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento.
- › A indicação da efetividade das recomendações implementadas, de acordo com a metodologia para tratamento e mitigação dos riscos identificados, registrando de forma individualizada os resultados.

O Relatório de PLD/FTP ficará à disposição da CVM e, se for o caso, da entidade autorreguladora, na sede da Ibiuna.

Adicionalmente, o Relatório de LD/FTP poderá ser elaborado em documento único ou compor o Relatório Anual de *Compliance*, a que se refere o artigo 25 da Resolução CVM 21, observadas as exigências da regulamentação aplicável.

## 10. Histórico de atualizações

A presente Política deverá ser revista, no mínimo, **anualmente**, levando-se em consideração, dentre outras questões, mudanças regulatórias ou eventuais deficiências encontradas. Esta Política poderá ser também revista a qualquer momento, sempre que o Diretor de Riscos e *Compliance* ou a Alta Administração entender necessário.

| Histórico de atualizações |                 |  |
|---------------------------|-----------------|--|
| Versão <sup>3</sup>       | Data            | Responsável  |
| 1ª                        | Março de 2024   | Diretor de Riscos e <i>Compliance</i> e Alta Administração |
| 2ª e atual                | Janeiro de 2025 | Diretor de Riscos e <i>Compliance</i> e Alta Administração |

<sup>3</sup> Em março de 2024, Política foi revisada e adaptada às demandas regulatórias da Resolução CVM 175. A Ibiuna optou por considerar como primeira versão da Política este novo formato, razão pela qual não estão sendo consideradas suas versões anteriores e respectivas datas.



## ANEXO I

### TERMO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO

Por meio deste instrumento eu, \_\_\_\_\_, DECLARO para os devidos fins:

- (i) Ter recebido, na presente data, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa - PLD/FTP e de Cadastro (“Política”) da Ibiuna;
- (ii) Ter lido, sanado todas as minhas dúvidas e entendido integralmente as disposições constantes na Política, incluindo as possíveis sanções decorrentes de condutas contrárias à regulamentação e as responsabilizações daí advindas;
- (iii) Estar ciente de que a Política como um todo passa a fazer parte dos meus deveres como Colaborador da Ibiuna, incorporando-se às demais regras internas adotadas pela Ibiuna; e
- (iv) Estar ciente do meu compromisso de comunicar ao Diretor de Riscos e *Compliance* e Alta Administração, conforme definido na Política, qualquer situação que chegue ao meu conhecimento que esteja em desacordo com as regras descritas nesta Política.

São Paulo, [=] de [=] de [===]

---

[COLABORADOR]

## **ANEXO II**

### **DOCUMENTOS CADASTRAIS**

A Ibiuna efetua o cadastro dos Prestadores de Serviços dos Produtos e Agentes Envolvidos, conforme aplicável, mediante o preenchimento de ficha cadastral, que contém as informações mínimas exigidas pela Resolução CVM 50, e quaisquer outras julgadas relevantes pelo Diretor de Riscos e *Compliance*.

Para o processo de cadastro, a Ibiuna obtém, ainda, os seguintes documentos:

**(a) Se Pessoa Natural:**

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de residência ou domicílio;
- (iii) procuração, se for o caso;
- (iv) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF, se for o caso; e
- (v) cartão de assinatura datado e assinado.

**(b) Se Pessoa Jurídica ou similar:**

- (i) cópia do cartão de inscrição no CNPJ/MF;
- (ii) documento de constituição da pessoa jurídica devidamente atualizado e registrado no órgão competente;
- (iii) atos societários que indiquem os administradores da pessoa jurídica, se for o caso;
- (iv) documento de identidade dos administradores da pessoa jurídica;
- (v) documentação relacionada à abertura da cadeia societária da empresa até o nível dos beneficiários finais, providenciando, para tanto, os documentos de identidade descritos na alínea “(a)” acima para cada beneficiário final identificado;
- (vi) procuração, se for o caso;
- (vii) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF, se for o caso;
- (viii) cartão de assinaturas datado e assinado pelos representantes legais da pessoa jurídica; e
- (ix) cópia do comprovante de endereço da sede da pessoa jurídica.

**(d) Se Pessoa Jurídica com valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação em mercado organizado**

- (i) denominação ou razão social;
- (ii) nomes e número do CPF/MF de seus administradores;
- (iii) inscrição no CNPJ/MF;
- (iv) endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);
- (v) número de telefone;
- (vi) endereço eletrônico para correspondência;
- (vii) datas das atualizações do cadastro; e
- (viii) concordância do cliente com as informações.

**(e) Se Fundos de Investimento Registrados na CVM**

- (i) a denominação;
- (ii) inscrição no CNPJ;
- (iii) identificação completa do seu administrador fiduciário e do seu gestor, nos termos acima, conforme aplicável; e
- (iv) datas das atualizações do cadastro;

**(f) Nas demais hipóteses**

- (i) a identificação completa dos clientes, nos termos das alíneas “a”, “b”, “d” e “e” acima, no que couber;
- (ii) a identificação completa de seus representantes e administradores, conforme aplicável;
- (iii) informações atualizadas sobre a situação financeira e patrimonial;
- (iv) informações sobre perfil do cliente, conforme regulamentação específica que dispõe sobre dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, quando aplicável;
- (v) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento e de carteiras administradas;
- (vi) datas das atualizações do cadastro; e
- (vii) assinatura do cliente.

**(g) Se Pessoa Politicamente Exposta (“PPE”):**

Em análise da legislação aplicável ao caso de PPE, extrai-se o entendimento de que a conduta do gestor de recursos deve ser pautada em um procedimento interno objetivo que tenha como escopo uma análise cautelosa e de gestão contínua de monitoramento de risco acerca: (a) das informações de cadastro da PPE; (b) dos documentos pessoais da PPE; (c) dos documentos sociais das empresas e dos veículos de investimento que a PPE tenha influência relevante; e (d) dos contratos, termos e demais documentos relativos aos ativos que o gestor de recursos pretenda adquirir para a carteira do fundo.

Portanto, a Ibiuna realizará uma análise com base em seu procedimento interno, com a adicional atenção da peculiaridade da operação, em verificações que serão realizadas caso a caso. Não obstante, como forma de tornar tal procedimento mais objetivo, a Ibiuna realizará a coleta dos dados e documentos conforme indicado nesta alínea “(d)”, no que for possível, englobando, assim, as informações referentes a PPE, seus parentes, em linha direta, até o 2º grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios, estreitos colaboradores, as empresas em que estes participam, fundos, demais estruturas de investimentos utilizados na aquisição, distribuição, intermediação e outras operações com os ativos e investimentos de interesse da Ibiuna e as sociedades que possuam PPE em seu quadro de colaboradores e/ou societário. A informação de enquadramento de PPE e, caso aplicável, as diligências aqui previstas, também se aplicam aos eventuais procuradores.

Adicionalmente, no âmbito das operações ativas da Ibiuna e avaliação dos Agentes Envolvidos, no que cabe aos ativos e operações com participação de PPE, a Ibiuna deverá receber as informações acerca da relação da PPE com a eventual operação ou ativo específico e com as partes relevantes envolvidas na emissão, distribuição, comercialização e circulação do ativo. Nestes casos, os principais pontos de preocupação da análise serão focados nas empresas emissoras e garantidoras do ativo, seus sócios e demais partes relacionadas, sem prejuízo das demais providências elencadas no item 3.6 da Política, conforme o caso.

Desta forma, além do descrito nas alíneas anteriores, a Ibiuna deverá solicitar também:

(i) os nomes e respectivos CPF/MF dos parentes em linha direta até o 2º (segundo) grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios e estreitos colaboradores;

- (ii) a identificação das sociedades e outras estruturas de investimentos que participe, com a adicional identificação dos nomes e respectivos CPF/MF das pessoas que componham o quadro de colaboradores e/ou societário destas sociedades e estruturas de investimento;
- (iii) o documento de comprovação de vínculo como PPE;
- (iv) cópia do IRPF dos últimos 5 anos; e
- (v) comprovante de origem dos recursos investidos.

#### Declarações Adicionais

Do cadastro deverá constar declaração, datada e assinada pelo Prestador de Serviços dos Produtos ou Agente Envolvido ou, se for o caso, por procurador legalmente constituído prevendo:

- (a) que são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento do cadastro;
- (b) que este se compromete a informar, no prazo de até 10 (dez) dias, quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais, inclusive em relação a alteração de seus beneficiários finais e/ou eventual revogação de mandato, caso exista procurador;
- (c) que este é pessoa vinculada à Ibiuna, se for o caso; e
- (d) que este não está impedido de operar no mercado de valores mobiliários.

A Ibiuna poderá adotar mecanismos alternativos de cadastro e verificação das informações prestadas, observados os requisitos e objetivos da regulamentação de PLD/FTP.